



ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA MUNICIPAL
(CEDPM)
ATA Nº01/2025

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de 2025, às 14h18, no Plenário da Câmara Municipal de Apucarana, deu-se início à reunião da Comissão de Acompanhamento da Dívida Municipal. Estavam presentes os Vereadores Tiago Cordeiro de Lima, Presidente; Moisés Tavares Domingos, Relator; e, o Vereador Lucas Ortiz Leugi, Secretário. O Presidente justificou a ausência do Vereador Dr. Odarlone Orente e da Vereadora Eliana Rocha, Membros da Comissão.

O Presidente Tiago Cordeiro declarou aberta a primeira reunião da Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Pública do município de Apucarana. Disse que a criação da Comissão se deu ao Projeto de Resolução nº28/2025. Pediu ao Secretário, Vereador Lucas Leugi que fizesse a leitura do Ato de constituição da Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Pública do Município de Apucarana. O Secretário Lucas Leugi fez a leitura do Ato da Presidência nº 257/2025. Feita sua leitura, o Presidente informou que faziam parte da Comissão Vereador Tiago Cordeiro, Presidente; Vereador Lucas Leugi, Secretário, Vereador Moisés Tavares, Relator; e, os Membros Vereadora Eliana Rocha e o Vereador Dr. Odarlone Orente. Registrou oficialmente o início dos trabalhos da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da Dívida do município de Apucarana. Disse que a reunião não tinha nenhum caráter investigativo, que tiveram em 2011 na Câmara uma CPI onde buscou e apontou os culpados daquela dívida. Disse que a Comissão tinha caráter de analisar, de compreender e de propor caminhos para que pudessem auxiliar o município de Apucarana, numa ação conjunta com o Poder Executivo, onde Apucarana era o município que mais devia no Brasil, uma dívida que começou lá em 1995 e 96, à época o Prefeito era o Valter Pegorer, uma ARO, uma Antecipação de Receita Orçamentária e que ao longo dos anos vários fatores contribuíram para o crescimento exponencial daquela dívida, quatro milhões de reais. Que em 1999, 2000 foi feita uma renegociação, que a dívida foi para mais de vinte milhões de reais e que lá em 2001 através de uma Medida Provisória houve a federalização daquela dívida, que a União herdou todas as dívidas dos municípios e que a partir dali a dívida por conta de correções, de juros, por falta de pagamento das parcelas a dívida foi crescendo e também por conta dos indexadores na época, que hoje era DPI, para se ter uma ideia, em 2002 o DPI foi a 26%. Que aquela dívida foi negligenciada por muitos anos e uma hora a conta ia chegar. Disse que neste ano tiveram o sequestro de mais de cinco milhões de reais junto ao Fundo de Participação do Município, um valor importante, considerável e que o município acabou perdendo por conta da desorganização que houve ao logo dos anos. Disse que a ideia da Comissão de Acompanhamento da Dívida Pública era justamente aquela, para que pudessem propor, buscar caminhos importantes para que pudessem chegar a uma negociação que fosse boa para o município, mas não uma negociação que dali dez, quinze anos ela evoluísse da mesma forma que evoluiu hoje. Agradeceu aos Membros da Comissão, Vereador Lucas Leugi e Vereador Moisés Tavares. Deixou aberta a palavra para os Vereadores que quisessem fazer algum posicionamento sobre o assunto. Vereador Moisés Tavares, com a palavra, cumprimentou a Mesa Diretora, aos vereadores presentes e aos demais membros e assessores da Casa. Cumprimentou o Presidente, Vereador Tiago, o Vereador Lucas, o Dr. Odarlone, a Vereadora Eliana Rocha e todos os que acompanhavam a reunião. Ressaltou que era papel fundamental do Legislativo exercer a fiscalização, especialmente em situações que exigiam acompanhamento rigoroso uma função primordial dos vereadores. Destacou que as assessorias de gabinete e da Casa teriam aumento significativo de trabalho em razão da nova demanda, agradecendo antecipadamente pelo empenho e compreensão. Lembrou que, além das comissões permanentes, a situação em pauta era atípica, mas que a Câmara poderia contribuir de maneira relevante para buscar soluções. Esclareceu que a criação





da comissão não tinha caráter de perseguição ou caça às bruxas, pois isso nada resolveria e apenas geraria tensões políticas. Reforçou que o objetivo era colaborar com a administração municipal, atualmente sob responsabilidade do Prefeito Rodolfo Mota. Observou que a atual gestão foi surpreendida pelo fim da validade da liminar que suspendia a cobrança da dívida municipal, resultando na chegada de boletos milionários. Ressaltou que cada valor pago representaria menos recursos para áreas essenciais, como educação, saúde e serviços públicos. Por isso, considerava indispensável que a população, que sempre arcou com aqueles custos, tivesse pleno conhecimento do que estava ocorrendo. Defendeu que a comissão trabalhasse de forma imparcial e serena, como ocorreu em outros trabalhos da Casa. Reconheceu também os esforços da Secretaria Municipal de Fazenda, do Prefeito e da Procuradoria Jurídica, que têm buscado soluções junto a órgãos federais, inclusive com apoio da FNP (Frente Nacional de Prefeitos). Citou medidas e prerrogativas relacionadas à PEC 66 e outras propostas que poderiam auxiliar municípios na renegociação de dívidas. Lembrou que o bom funcionamento do país dependia do bom funcionamento dos municípios, e que Apucarana, apesar de atualmente ostentar o título de município mais devedor da União, devia buscar superar aquela condição. Frisou que, embora tal título não trouxesse orgulho, deve servir como incentivo para que o Legislativo atuasse com responsabilidade e compromisso técnico e político. Ressaltou que a comissão utilizaria todas as prerrogativas disponíveis, bem como os contatos, experiências e apoio técnico para ajudar na busca de soluções como parcelamento, renegociação, redução de taxas e outras medidas já em andamento ou em estudo. Finalizou colocando-se à disposição, na qualidade de relator, juntamente com sua assessoria, para contribuir com os trabalhos da comissão. Comprometeu-se a entregar relatórios e encaminhamentos que auxiliassem na solução do problema histórico enfrentado pelo município ao longo de décadas. Vereador Tiago Cordeiro, com a palavra, iniciou cumprimentando os presentes e reforçando pontos trazidos anteriormente pelo Vereador Moisés Tavares. Afirmou que nenhum dos membros da comissão buscava protagonismo, destacando que o trabalho desempenhado era coletivo e seria conduzido com responsabilidade desde o início da atual gestão do Prefeito Rodolfo Mota. Ressaltou que o Prefeito, ao assumir a administração, deu transparência à situação da dívida do município, evidenciando a necessidade de renegociação e a urgência em buscar soluções viáveis. Mencionou que, desde então, esforços têm sido empreendidos, especialmente pela Secretaria Municipal de Fazenda, representada pelo secretário Rogério Ribeiro, além das constantes viagens do Prefeito a Brasília para tratar do assunto. Enfatizou a importância da união de forças políticas e institucionais para aliviar o fardo histórico que recaía sobre a população apucararense. Falou dos episódios recentes de sequestro de valores significativos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), recursos que poderiam ter sido investidos em obras e melhorias, o que reforçava a gravidade da situação e a necessidade de enfrentamento imediato. Observou que a dívida foi negligenciada por gestões anteriores, mas que agora estava recebendo a atenção que merecia. Comunicou aos demais vereadores que a comissão recebeu documentos relevantes resultantes de questionamentos encaminhados, por meio de ofício, à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Informou que esteve reunido, meses antes, em Brasília, com a Subsecretária do Tesouro Nacional, Dra. Susana Teixeira Braga, ocasião em que solicitou informações detalhadas sobre: legislações vigentes aplicáveis à renegociação da dívida; valores atualizados da dívida do município; indexadores utilizados historicamente; possibilidades de renegociação previstas em lei; condições impostas pela União para repactuação das dívidas; correções e histórico completo dos débitos. Afirmou ter distribuído aos presentes a versão impressa da documentação e solicitou que a assessoria da Casa encaminhasse também a versão digital aos gabinetes dos demais membros da comissão, garantindo o acesso integral às informações recebidas. Destacou que tais documentos serviriam de base para que o relator, Vereador Moisés Tavares, para que pudesse elaborar seu relatório parcial, conforme previsto e de acordo com as leituras e encaminhamentos realizados pelo secretário da comissão, Vereador Lucas. Reforçou que a transparência seria assegurada tanto à





imprensa quanto à população de Apucarana, que convivia com esse problema havia mais de duas décadas. Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente, Vereador Tiago Cordeiro declarou encerrada a reunião, cujo objetivo central foi dar ciência aos membros da comissão dos documentos recebidos pela STN e estabelecer os próximos passos, incluindo o agendamento de novas reuniões e a comunicação à imprensa. Informou que a reunião estava sendo transmitida pelos canais oficiais da Câmara Municipal. Agradeceu a presença de todos, desejando uma boa tarde. (14h36)

Tiago Cordeiro de Lima
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Lucas Ortiz Leugi
SECRETÁRIO

Moisés Tavares Domingos
RELATOR



ATA 001/2025
AUTORIA: Poder Legislativo

DOCUMENTO ASSINADO POR:

01) VALDEIR TIAGO BATISTA CORDEIRO DE LIMA:06358473964 EM 27/11/2025 10:44:58
<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202511271044581764251098-101153.pdf>
02) LUCAS ORTIZ LEUGI:07266704995 EM 28/11/2025 11:55:48
<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202511281155471764341748-101153.pdf>
03) MOISES TAVARES DOMINGOS:04119273962 EM 30/11/2025 11:42:59
<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202511301142581764513779-101153.pdf>

-- FIM --

